

Para além de Marx? Crítica da teoria imaterial do trabalho

Sérgio Lessa, São Paulo, Xamã, 2005, 104 p.

ANTÔNIO DE PÁDUA MELO NETO*

O debate sobre o trabalho imaterial tem ocupado o cenário das pesquisas sociológicas na Europa há alguns anos. Recentemente, essas discussões chegaram ao Brasil através, principalmente, da tradução de obras mais recentes (ou antes nunca traduzidas) de Antonio Negri e seus colaboradores: Michael Hardt e Maurizio Lazzarato. Esses novos diagnósticos teóricos são tentativas de compreender as mudanças, que se aceleraram desde a década de 70, nos padrões de uso, contratação e remuneração da força de trabalho tanto no centro quanto na periferia do capitalismo global. O livro do professor Sérgio Lessa – conhecido estudioso da obra de Georg Lukács – insere-se no debate do trabalho material, como sugere o próprio subtítulo, com a perspectiva de demonstrar os elementos politicamente conservadores e

antiontológicos das elaborações de Negri e seus companheiros. A estrutura da presente obra é a de uma coletânea de quatro artigos (sendo o primeiro deles inédito) acrescidos de uma introdução, que analisam minuciosamente as insuficiências dos conceitos que dão vida à tese do trabalho imaterial.

A primeira crítica desferida por Lessa contra Negri, e que aparece sistematicamente nos quatro artigos que compõem o livro, refere-se ao fato de que este último fundamenta a existência e hegemonia (hegemonia essa que passa a ser identificada do ponto de vista qualitativo, especialmente a partir da sua última obra: *Multidão*) do trabalho imaterial na identidade absoluta entre o capital e a totalidade da vida social (p. 17). Ou seja, para Negri, a fábrica – *locus* primário de produção do capital – metamorfoseou-se em “fábrica social”,

* Economista e mestrando em Sociologia pelo IFCH, Unicamp.

fazendo com que todas as relações sociais sejam igualmente produtivas (p.66). Dessa maneira, Negri pode afirmar que a lei do valor já está obsoleta, mesmo com o crescimento, em progressão exponencial, da transformação dos produtos do trabalho em mercadoria. Em *Cinco Lições sobre Império*, Negri afirma que:

(...) o valor não é mais analisável, de maneira alguma, e mensurável de acordo com quantidades temporais simples, e tampouco de acordo com seqüências complexas, porque viver e produzir tornaram-se uma coisa só, e o tempo da vida e o da produção se hibridaram sempre mais¹.

Ora, de acordo com Lessa, não existe nada mais antiontológico do que tal raciocínio, uma vez que essa tese sustenta a abolição das diferenças entre produção e consumo, fazendo com que os atos de consumir e de pensar sejam tão produtivos “quanto transformar minério de ferro em carro” (p. 20). Ainda conforme Lessa, essa impossível identidade entre capital e humanidade decorre do fato de que quanto mais o capital penetra no tecido social, mais explícita fica a distância entre as necessidades da reprodução social e as da reprodução do capital. A persistência desse estranhamento inviabiliza qualquer humanização do capital.

Talvez essa distopia – a humanização do capital – seja mesmo o sonho, não tão inconsciente assim, acalentado por Negri e seus colaboradores. É aqui estamos às portas da segunda crítica de Lessa a Negri: este último sustenta que é justamente a partir da subsunção da sociedade ao capital que se abre a constituição de uma nova subjetividade e de um novo modo de produção “comunista”. Lessa aponta aqui que Negri não apresenta nenhuma mediação que explique essa gênese da nova subjetividade e do comunismo, no momento mesmo em que o capital subsume a si todas as relações sociais. Assim, essa gênese só pode mesmo ser miraculosa (p.85-86). O corolário político da explicação negriana é, segundo Lessa, o cancelamento da luta entre capitalistas e trabalhadores e a justificação de um velho ideal: o de que é possível superar a alienação nos interstícios do capitalismo (p. 88). É somente com a aceitação dessa perspectiva de transição pacífica e não-dramática ao comunismo, que Negri e Hardt podem postular o êxodo da multidão como estratégia de enfrentamento do “poder constituído”. Essa é, em suma, a grande novidade “revolucionária” do último livro desses dois autores (*Multidão: guerra e democracia na era do Império*): “No êxodo, a multidão aprofunda a crise da figura dual da soberania”².

¹ Antonio Negri, *Cinco Lições sobre Império*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 263.

² Antonio Negri e Michael Hardt, *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 435.

Outra das críticas empreendidas por Lessa contra as teses de Negri refere-se ao mito que este criou sobre a realidade do trabalho nos novos terO debate sobre o trabalho imaterial tem ocupado o cenário das pesquisas sociológicas na Europa há alguns anos. Recentemente, essas discussões chegaram ao Brasil através, principalmente, da tradução de obras mais recentes (ou antes nunca traduzidas) de Antonio Negri e seus colaboradores: Michael Hardt e Maurizio Lazzarato. Esses novos diagnósticos teóricos são tentativas de compreender as mudanças, que se aceleraram desde a década de 70, nos padrões de uso, contratação e remuneração da força de trabalho tanto no centro quanto na periferia do capitalismo global. O livro do professor Sérgio Lessa – conhecido estudioso da obra de Georg Lukács – insere-se no debate do trabalho material, como sugere o próprio subtítulo, com a perspectiva de demonstrar os elementos politicamente conservadores e antiontológicos das elaborações de Negri e seus companhritórios produtivos, como a Terceira Itália ou a Bacia do Trabalho Imaterial parisiense. Para Negri, nesses espaços, a organização do trabalho imaterial em redes (com a redução/fusão das distâncias entre as demandas e a produção propriamente dita e a expansão dos fluxos de informação e comunicação) permitiria aos trabalhadores o comando sobre a produção e a inexistência da separação entre os meios de produção e o produtor, gerando, com isso, a extinção da alie-

nação capitalista. E mais: essas redes de cooperação produtiva do trabalho imaterial são externas ao capital, ou melhor, ao “empresário político” negriano. Lessa afirma que, nessas áreas, verificam-se as formas mais violentas de reificação, uma vez que o trabalhador, mesmo trabalhando em casa e sendo proprietário dos instrumentos de trabalho, continua sendo apenas uma mera engrenagem de um processo produtivo que é organizado pelas suas costas, fugindo completamente ao seu controle e compreensão (p. 42). Soma-se a isso o fato de que, nesses novos padrões de uso, contratação e remuneração da força de trabalho, o capital pode economizar nos dispêndios com capital constante (aquisição e manutenção das máquinas e uso da eletricidade, por exemplo, ficam todos por conta do novo trabalhador doméstico), bloquear as possibilidades de sindicalização e reduzir os gastos com seguridade social. Assim, conforme Lessa, o que Negri e companhia imaginam ser “o fim da alienação é a sua máxima potencialização” (p. 43).

Se Lessa está correto ao afirmar que o conjunto da elaboração teórica de Negri é responsável por obliterar a centralidade do trabalho e a centralidade política do proletariado para a realização do comunismo (p. 12), fazendo com que o conceito de trabalho imaterial seja “inútil para a crítica radical do mundo em que vivemos” (p. 96), não se deve desprezar a necessária atualização da crítica à economia política diante das mutações sofridas nos mecanismo de

subsunção do trabalho ao capital no capitalismo contemporâneo, que se traduz em uma intelectualização de determinados processos de trabalho que não é nada desprezível e em um crescimento exponencial do trabalho alocado no setor de serviços. Afirmar que uma parte considerável dos serviços são, hoje, mercadorias produzidas dentro das relações de produção especificamente capitalistas, e que, portanto, são portadores de mais-valia, não significa desprezar a separação (real e categorial) entre as formas fundamentais do capital (capital industrial, capital monetário e capital mercadoria), mas apenas reconhecer que o capital industrial (o único a alocar força de trabalho capaz

de produzir mais-valia) estendeu-se, passando a incorporar dentro da sua esfera imediata de valorização atividades antes claramente improdutivas (sempre do ponto de vista do capital). Negar o status de trabalho produtivo a setores diretamente inseridos no circuito produtivo do capital monopolista, como a prestação de serviços de saúde e de educação, é fechar as possibilidades analíticas para a compreensão do, ainda, residual fôlego do capitalismo, que neutraliza em parte a queda tendencial da taxa global de lucro mediante expansão da subsunção real do trabalho ao capital, com aumento da massa global de mais-valia produzida.

MELO NETO, Antônio de Pádua. Para além de Marx? Crítica da teoria imaterial do trabalho. Resenha de: LESSA, Sérgio. São Paulo: Editora Xamã, 2005, 104 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006, p.167-170.

Palavras-chave: Marx; Teoria imaterial; Trabalho.